



SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ORGANIZADORAS

ROMILDA TEODORA ENS

MARYNELMA CAMARGO GARRANHANI


CHAMPAGNAT
EDITORA • PUCPR



A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: desafios conceituais e praxeológicos¹

Manuel Jacinto Sarmento

Os estudos da criança e seu programa epistemológico

As antropólogas americanas Nancy Sheper-Hughes e Caroline Sargent (1998, p. 1), referindo-se à sua disciplina, escreveram que “dado o estatuto marginal das crianças no mundo inteiro, nos planos social, económico e legal, a Antropologia da Infância é representada hoje predominantemente como uma história de resiliência e sobrevivência contra todas as dificuldades”. Apesar de tal afirmação ter mais de uma década e de ela se reportar ao reconhecimento dos estudos antropológicos sobre a infância dentro do seu campo científico específico e às escassas oportunidades de esses estudos influenciarem políticas públicas, é possível, na atualidade, produzir idênticas considerações sobre a totalidade dos Estudos da Infância.

¹ Neste estudo, escrito em português de Portugal, foi preservada a grafia e a variante do país de origem.

Na verdade, a abordagem interdisciplinar da infância conheceu, nas duas últimas décadas, um considerável progresso; não obstante, sua visibilidade pública não é equivalente a esse progresso e seu reconhecimento como campo de estudos autónomo e diferenciado tem vindo a percorrer um caminho semeado de obstáculos. O desafio contemporâneo consiste precisamente em afirmar o campo dos Estudos da Criança (designado no plano internacional ora por *Childhood Studies*, ora por *Children Studies*), como uma área científica não apenas legítima, mas influente na produção do conhecimento sobre as crianças e, por consequência, fundante de uma renovada reflexividade institucional sobre a infância, com incidência nas políticas públicas, e, entre elas, nas políticas educativas, na formação de professores e na fundamentação da intencionalidade educativa nas escolas e nas creches.

O reconhecimento da incompletude e do carácter fragmentário das abordagens que tradicionalmente assumiam a criança como objeto de conhecimento, a crítica a visões teleológicas, lineares e socialmente vazias do desenvolvimento infantil e a recusa de uma epistemologia adultocêntrica estão na base da viragem operada com a emergência dos novos Estudos da Criança. Nas abordagens tradicionais, as crianças são perspectivadas a partir de um ângulo de visão que as tematiza em função de sua presença num campo institucional. Assim, os estudos médicos (os primeiros a tomarem a criança como objeto de conhecimento próprio) assumem o corpo doente *versus* o corpo saudável da criança como objeto; os estudos psicológicos elegem o desenvolvimento cognitivo e sócio-moral da criança como foco central; os estudos educacionais e pedagógicos tomam a condição da criança-aluna como

centro de reflexão e de pesquisa; os estudos sócio-antropológicos clássicos adotam a condição da criança configurada pelas estruturas sociais e culturais como tópico de análise mais geral do conjunto da sociedade, e por aí adiante. Ora, o que os Estudos da Criança procuram compreender é a criança como ser biopsicossocial e a infância como categoria estrutural da sociedade (no âmbito das categorias geracionais), procurando fazê-lo numa perspectiva totalizante, não fragmentária e, por consequência, interdisciplinar. Fazem-no, também, recusando o estatuto da criança como *ser-em-devir* (na verdade, todos os seres humanos são *seres-em-devir*, independentemente da idade), para se centrarem nas características atuais, presentes, sincrónicas da criança como *ser-que-é* na completude de suas competências e disposições. Esse centramento no ser-criança, em detrimento da visão tradicional da criança como ser em trânsito para a adultez, tem como forte consequência a análise dos mundos da criança a partir de sua própria realidade, a auscultação da voz da criança como entrada na significação de seus mundos de vida e a aceitação da criança como ser completo e competente, isto é, compreensível apenas a partir da aceitação de sua diferença face ao adulto. O programa investigativo que se desenha nesta orientação recusa, por consequência, o adultocentrismo como fonte de conhecimento relevante sobre a criança e estimula a emergência de metodologias de pesquisa consistentemente adequadas à compreensão das crianças, a partir de si próprias.

Os Estudos da Criança concebidos e desenhados com as características sumariamente expostas não podem deixar de ter tido importante impacto no conhecimento sobre a infância. Porém, estão longe de ter os efeitos sociais, políticos

e pedagógicos que estão a seu alcance. Mas são muito significativos os progressos do campo e muito relevantes os indicadores produzidos sobre o seu desenvolvimento².

A sociologia da infância na gênese dos Estudos da Criança

A sociologia da infância tem, neste contexto, um papel extremamente relevante. Na verdade, os novos Estudos da Criança, embora mergulhem numa tradição remota, normalmente marginal à pesquisa científica *mainstream*, têm seu ponto de emergência comumente atribuído na publicação de um conjunto de relatórios sobre a situação das crianças em vários países, a partir do Centro Europeu das Nações Unidas, sediado em Viena, editados sob a orientação do sociólogo dinamarquês Jans Qvortrup (1991) e por ele mesmo apresentados no volume inicial de fundamentação, que passou a constituir como uma referência essencial (um marco miliário) do campo.

A razão por que a sociologia da infância se constitui como lugar da origem de uma nova abordagem da infância tem certamente muito a ver com a preocupação social com as crianças, num contexto mundial profundamente marcado por conflitos e contradições que colocam

² Entre esses indicadores, contam-se a criação de programas doutorais e de estudos avançados em Estudos da Criança em universidades de todo o mundo, a publicação de um conjunto de manuais e *handbooks* de referência, a realização regular de encontros científicos internacionais, a edição de publicações periódicas de referência mundial (ex.: *Childhood*) e a organização de grupos de trabalho e comitês de pesquisa nas grandes organizações científicas internacionais (especialmente da Sociologia e da Antropologia).

a criança no centro de um conjunto de paradoxos, sabiamente identificados por Qvortrup (1991).

Na mudança do século XX para o século XXI, não apenas a promessa sobre o bem-estar da criança e o seu reconhecimento, formulada no início dos anos 1900 – que, justamente, foi designado como o “século da criança” – não tinha sido cumprida, apesar de todos os progressos, como as crianças vivem uma realidade marcada pela complexidade. Nunca como atualmente foram tão alargadamente proclamados os direitos da criança, e nunca como hoje se assistiu a uma tão severa restrição nas condições sociais da infância, especialmente das crianças dos países mais pobres e dos grupos sociais mais empobrecidos dos países ricos, marcadas por situações como o tráfico de crianças, a exploração do trabalho infantil em unidades industriais e *sweatshops*, por pandemias como a AIDS, pela fome, pela guerra, pela exposição a catástrofes decorrentes da degradação ambiental, pelo tráfico de crianças, pela violência urbana. Nunca como atualmente o valor da “autonomia” e da “cidadania” da criança foi tão alargadamente proclamado e também nunca como hoje foi tão restrito o espaço-tempo da criança, com sobreocupação horária em múltiplas atividades, geralmente sob controlo adulto, e pela restrição da circulação no espaço urbano, pelo condicionamento intelectual imposto pela indústria cultural para as crianças, os jogos eletrônicos e demais produtos de mercado. Nunca como hoje se defendeu tanto a desinstitucionalização da infância, em nome da liberdade de crescer e aprender, e nunca como hoje se observou a presença quase obsidiantes de organizações, empresas e instituições no quotidiano infantil, para se ocuparem dos seus “tempos livres”, para organizar festas de aniversário, para estruturar mil e uma

aprendizagens, do judo à informática, do inglês ao ballet, do desporto federado à música.

Há, portanto, razões sociais marcantes para fundamentarem a renovação dos estudos sociológicos da infância. Mas há também razões epistemológicas para que a sociologia da infância tenha assumido um papel determinante na génese dos Estudos da Criança.

Durante muitas décadas, a psicologia do desenvolvimento constituiu a disciplina central na abordagem da infância. De alguma maneira, as próprias ciências da educação, enquanto campo interdisciplinar de estudo e formação pedagógica, se constituíram em torno da ideia da adequação do ensino às etapas de desenvolvimento e aos processos genéticos da epistemologia da infância, conforme eles foram identificados e propostos por Jean Piaget (1896-1980) e sua equipa de investigadores da Universidade de Genebra. Ora, a psicologia do desenvolvimento produziu não apenas um conjunto notável de informação empírica, de assunções teóricas e de propostas de prescrição de ação educacional e de puericultura, como também criou uma conceção de criança: um ser humano, em desenvolvimento, percorrendo várias etapas e fases, decorrentes de sua natureza biopsicológica, num processo contínuo de aprendizagem e acomodação de conhecimento, destreza, capacidade relacional e consciência moral.

Esta conceção constitui um objeto central da crítica sociológica: a criança é, certamente, *um ser* em desenvolvimento, mas é errado assumir que é, por excelência, *o ser* em desenvolvimento; o processo de transformação e maturação é incondicionalmente humano e faz pouco sentido confiná-lo exclusivamente a uma etapa da vida. Por outro lado, perspetivar a criança como *ser-em-devir* –

tal como assinalamos antes – impede que se observem as crianças naquilo que são, no presente, a partir de seu próprio contexto e sua forma específica de ser. A criança não é, definitivamente, o adulto imperfeito e imaturo, mas é *o outro do adulto*, isto é, entre criança e adulto há uma relação não de incompletude, mas de alteridade. Por outro lado, o desenvolvimento é sempre social e culturalmente produzido. Nesse sentido, a crítica sociológica à conceção piagetiana da infância assume as críticas produzidas do interior da própria psicologia do desenvolvimento a uma visão tendencialmente associal e acultural das conceções piagetianas, ao biologismo da visão de maturação e crescimento e ao carácter teleológico e universal das fases de desenvolvimento infantil (BURMAN, 1994; SOUZA, 1996).

A rutura com uma conceção biologista, teleológica e universalista do desenvolvimento infantil colocou a sociologia da infância na rota de um pensamento questionador da construção social da infância, isto é, da análise do processo histórico de edificação da infância enquanto categoria social, condição estrutural a que as crianças pertencem, pela qual são objeto de concetualizações, interpretações do modo de ser e prescrições de comportamento e ação, bem como de atuação dos adultos para com elas. Por outras palavras, a sociologia da infância atribuiu-se a tarefa de procurar interpretar o modo como a sociedade produz as gerações, ou, nas palavras de M. Honnig (2009), produz a “generatividade”, isto é, constrói os diferentes grupos de idade através do estabelecimento de relações de diferenciação entre eles. Esta diferenciação incide nos domínios das representações sociais mútuas (por exemplo, quando se afirma: “brincar é coisa de criança”,

“o trabalho está reservado para os adultos” etc.), tem implicações na construção de programas institucionais diferenciados (por exemplo, a construção de creches e escolas infantis para as crianças e de centros de acolhimento de idosos para a terceira idade) e exprime-se numa normatividade específica, ou seja, um conjunto de regras e de prescrições, algumas formais – ou seja, formuladas como normas jurídicas – outras expressas através de orientações morais e comportamentais assumidas pelo senso comum e que incidem, umas e outras, no que é permitido fazer às crianças, no que é suposto que elas façam e no que lhes é interdito (por exemplo, as crianças devem frequentar a escola e está-lhes vedado eleger e ser eleitas etc.).

Compreende-se, portanto, por que a sociologia da infância assume um papel determinante nos novos Estudos da Criança: sinaliza o(s) lugar(es) social(is) da criança e enuncia uma orientação epistemológica distinta face ao conhecimento pericial hegemónico durante décadas.

No entanto, a sociologia da infância não totaliza os Estudos da Criança. Tão pouco constitui uma nova teoria substitutiva da psicologia do desenvolvimento de inspiração piagetiana. É uma disciplina científica, filiada à sociologia, que objetiva conhecer a infância como categoria social e as crianças enquanto membros da sociedade, atores sociais e agentes de cultura. Nesse sentido, a sociologia da infância não apenas está aberta a diferentes teorias e abordagens, no seu interior – conforme veremos – como está consciente de que não conseguirá cumprir seu programa teórico se não se abrir determinadamente a um trabalho teórico interdisciplinar, que contribua para impedir uma visão fragmentária da criança e que seja sustentado numa superação de dicotomias

tradicionais, profundamente redutoras da compreensão da infância, tais como natureza-cultura, corpo-pensamento ou estrutura-ação (PROUT, 2005). Assim, têm sido essenciais para o trabalho teórico da sociologia da infância contributos de outras disciplinas científicas, de que nos permitimos destacar³: a história da infância, a partir de autores como Ariès (1973), Hendrick (1994), Heywood (2002), Cunningham (2006), dentre outros, que permitem compreender como a “ideia” ou o “sentimento” da infância contribuem para desnaturalizar a conceção da criança e introduzem a diacronia na configuração de suas condições de existência e no processo de produção da normatividade; a antropologia, com autores como M. Mead (1990) e C. Hardman (2001), essenciais na reflexão sobre as relações intergeracionais e a construção das culturas da infância; a psicologia crítica e a psicologia cultural, tendo por referência autores como Vygotsky (1979) e B. Rogoff (2003), com seus contributos decisivos em torno do processo sociocultural de construção do desenvolvimento humano; as neurociências, com autores como A. Damásio (1996) e Spelke e Kinzler (2007), e a importância que os processos neuropsicológicos possuem na diferenciação das crianças face aos adultos; a filosofia, e os contributos decisivos de

³ Todo o trabalho interdisciplinar é o encontro de teorias e abordagens teóricas, de diferentes proveniências disciplinares, que se conjugam numa lógica de múltipla interpelação. Há, deste modo, uma procura de complementaridades que é conduzida, em larga medida, pelos interesses do autor. A interdisciplinaridade é, de algum modo, o resultado das afinidades eletivas entre teorias e autores. Os exemplos que referirei a seguir são insistentemente invocados em meu trabalho teórico. Outros autores acrescentariam, com certeza, outras referências, igualmente legítimas, decorrentes de distintas eletividades.

W. Benjamin (1992) para a análise da temporalidade recursiva da infância, prolongada na reflexão de Agamben (2005) sobre a criança do tempo e o contínuo processo de ampliação do mundo e das significações pela redescoberta da linguagem. Isso sem referir trabalho de diálogo interno à sociologia, essencial à reflexão sobre a infância como fenómeno social e que articula múltiplos autores e teorias, o que seria fastidioso aqui convocar.

A interdisciplinaridade está, em síntese, inscrita no coração do próprio labor teórico da sociologia da infância, que participa igualmente como componente intrínseca do projeto teórico dos Estudos da Criança.

Correntes e controvérsias

Como todas as ciências – e em particular, as ciências sociais e humanas – a sociologia da infância é atravessada por controvérsias teóricas e organiza-se em distintas correntes, correspondentes a diferentes paradigmas teóricos e metodológicos. Não há que estranhar que assim seja: as ciências são construções humanas e refletem, nos objetos que selecionam, nas metodologias que adotam e nos princípios que enunciam, distintas visões do mundo e do processo de conhecimento. O conhecimento científico não é o resultado especular dos objetos investigados no discurso da pesquisa; implica um olhar que recorta, fragmenta, reelabora, recompõe e, finalmente, transforma em argumentação, exposição e discurso científico o que colheu do real. Esse olhar é profundamente contaminado por mundividências que o afetam e influenciam.

O discurso científico é fundamentalmente reconhecido pelo respeito a regras comuns de produção e disseminação, a partir de distintos pressupostos e modos de fazer a pesquisa; não é o resultado exclusivo de um paradigma exclusivo, que nos levaria à universalidade e à objetividade do conhecimento, embora pese a ilusão disseminada a este propósito pelo positivismo.

Algumas revisões da literatura em sociologia da infância procuram estabelecer a distinção entre diferentes abordagens, a partir da tradição das escolas de pensamento sociológico enraizadas em distintos países, regiões do mundo ou universos linguísticos (BÜHLER-NIEDERBERGER, 2010; MONTANDON, 1998; SIROTA, 1998, 2012). Essa distinção é, a todos os títulos, fundamental e permite reconhecer a interdependência da sociologia da infância com distintas tradições culturais e científicas, o que pode ajudar a esclarecer a especial relevância de determinados conceitos, ou metodologias de pesquisa, ou temáticas predominantes. Em especial, essa revisão contribui poderosamente para mapear a produção teórica, normalmente oriunda dos países centrais, isto é, com forte tradição eurocêntrica e ocidentalocêntrica, com as realidades de países periféricos, como são Portugal e o Brasil, e de tradições linguísticas que ocupam um lugar subalterno na difusão científica, como é o caso do português. Mas permitem, outrossim, por efeito desse mapeamento, fazer ressaltar a diferença não apenas da realidade social da infância nesses países e universos linguísticos não hegemónicos, como também identificar a diferença, a novidade e a qualidade da sociologia da infância

produzida em Portugal e no Brasil, salvaguardando sua importância específica no conjunto da disciplina⁴.

Não obstante, o estabelecimento de uma distinção das correntes e teorias da Sociologia da infância, a partir das tradições linguísticas, nacionais ou regionais, não permite estabelecer os nexos de relação com opções epistemológicas e teóricas distintas. Na verdade, parece-nos mais interessante procurar encontrar, na transversalidade das origens, perspectivas teóricas e metodológicas que consistentemente procuram investigar a infância e as crianças a partir dos distintos pressupostos epistemológicos e teóricos que guiam o olhar da pesquisa.

Procuramos sinalizar noutra lugar (SARMENTO, 2008) as principais correntes, e as respetivas temáticas, métodos

⁴ Conferir, a este propósito, as palavras de R. Sirota (2012, p. 10): « Le pôle lusophone est un des rares champs qui traduit et publie tant des textes d'origine francophone qu'anglophone, conjuguant des références dans les trois espaces linguistiques, [...]. De plus un pont très particulier et intense existe au travers de congrès lusophones rassemblant chercheurs brésiliens et portugais.

Cependant les régimes de visibilité données à l'enfance sont assez spécifiques, dus aux contextes sociopolitiques particuliers de ces pays. La figure de l'enfance pauvre est dominante, comme composante structurelle des inégalités sociales, et la défense d'une cause de l'enfance particulièrement importante.

Sortie de régimes dictatoriaux, développement des BRIC, évolution rapide des législations, investissement sur des politiques de développement particulièrement dédiées à l'enfance, reconnaissance de la convention des droits de l'enfant, tant en termes de recherches que de politiques sociales vont jouer fortement.

Une situation de l'enfance, souvent considérée comme critique et comme problème social a impulsé une attention particulière sur l'exclusion de l'enfance et des enfants, de l'enfance des rues au travail des enfants. Une articulation entre la sociologie interprétative et la sociologie critique s'est construite s'attaquant tant à l'enfance comme catégorie sociale minoritaire qu'à l'enfant acteur social, sujet de droits. Ceci, en s'ouvrant à la pluridisciplinarité des sciences sociales ».

predominantes e os autores de referência. Assim, optamos, agora, por sinalizar apenas essas correntes, identificando duas questões que suscitam controvérsia dentro do campo e que são, não apenas fator de diferenciação, como também importantes para a produção de diferentes resultados no conhecimento da infância contemporânea: a questão da relação entre identidade e diversidade e a questão do grau de envolvimento político e social da pesquisa.

Deste modo, podemos sinalizar três correntes fundamentais em Sociologia da infância, que se distinguem pelo objeto, pelos construtos dominantes, pelas metodologias de pesquisa e pelas temáticas que selecionam.

A perspectiva estruturalista assume como objeto a infância enquanto categoria estrutural da sociedade. É essa dimensão macroestrutural que procura esclarecer, relevando dimensões como o peso demográfico da infância, numa perspectiva sincrónica e diacrónica, os processos legislativos e políticos da regulação social, o impacto da infância na economia, o “custo” da infância e as relações com o mercado de trabalho, a protecção social e a sustentabilidade do estado social. As crianças e as suas práticas sociais concretas não são relevantes nesta abordagem. Os recursos metodológicos principais são, consequentemente, as estatísticas, a análise documental (especialmente de leis e normativos, bem como de relatórios e informações periciais e políticas sobre a infância). Os temas principais são as imagens históricas da infância, a infância e a lei, a demografia, a economia e as desigualdades geracionais, geração e desigualdades de género, as políticas públicas da infância.

A corrente interpretativa, por seu turno, não ignorando a dimensão estrutural da infância, enfatiza o processo da

construção social e o papel da criança como sujeito ativo nessa construção. Nesse sentido, busca prioritariamente analisar a ação ou “agência”⁵ das crianças, na sua concretude e diversidade. A ênfase é colocada na “reprodução interpretativa” (CORSARO, 1997), isto é, na capacidade das crianças em receberem a tradição cultural transmitida pela família e pela escola e em transformá-la, adequando-a a suas práticas sociais, no âmbito das relações entre pares. Seguir a ação das crianças implica o uso de metodologias atentas ao cotidiano, ao interativo, aos fenômenos e acontecimentos concretos, sendo a etnografia com crianças largamente predominante nestes estudos. Os temas privilegiados são, desde logo, as relações de pares, mas também com os adultos, as culturas da infância, os rituais e as práticas sociais, as brincadeiras e os jogos, em contextos tão variados como a escola, a família, a cidade, os lugares de entretenimento, e ainda, face aos *media*.

A orientação crítica, por seu turno, preocupa-se em analisar a infância enquanto categoria social sobre a qual se exprime a dominação social, pondo em relevo os dispositivos e processos em que essa dominação tem lugar, os efeitos das desigualdades sociais na infância e também as formas de recepção e de resistência das crianças (enquanto indivíduos e em grupos mais ou menos informais) às formas de dominação. Esta corrente partilha, com a perspectiva estruturalista, a análise macrosocial, e com a corrente interpretativa, a análise concreta das práticas sociais das

⁵ A palavra inglesa *agency* não tem uma tradução rigorosa em português, sendo, frequentemente, traduzida por “agência”. Utilizamos-a aqui, sendo certo, no entanto, que preferimos o conceito sociológico weberiano de *ação* para dar conta do desempenho intencional e racional orientado para os outros.

crianças, consideradas isoladamente ou em grupo. Assim, as metodologias tanto podem ser a análise histórica e documental quanto a etnografia. Acresce, nesta orientação, uma intenção transformadora da realidade social que frequentemente mobiliza metodologias como a investigação-ação ou as metodologias participativas com crianças, especialmente nas escolas, nos centros de acolhimento ou no espaço urbano. A denúncia das formas de dominação patriarcal, paternalista e de classe exprime-se em temas que destacam a condição das crianças em posição subalterna: as crianças pobres, o trabalho infantil, os meninos de rua, as crianças institucionalizadas, as crianças migrantes ou pertencentes a grupos étnicos minoritários.

Apesar de as correntes estarem bem definidas, há por vezes, temas mais usuais numa delas que são pesquisados a partir de pressupostos teóricos e metodológicos de outra. Nem sempre, também, será encontrada, na obra de um ou outro autor, uma completa coerência ou fidelidade epistemológica. Finalmente, é também possível realizar pesquisa pluriparadigmática sem se cair em incongruência. Nesse sentido, pode falar-se, por exemplo, em interpretativismo crítico ou em estruturalismo crítico. Porém, é mais improvável encontrar uma pesquisa “estruturalista-interpretativa”.

Mas a discussão das duas questões acima enunciadas permitirá mais distintamente identificar pontos de contradição e/ou de confluência entre as correntes.

Identidade e diversidade da infância

Começamos pela questão da identidade ou diversidade da infância. Num texto relativamente recente, o sociólogo

estruturalista Jens Qvortrup (2010) advertia para o que designa por “tentação da diversidade”. O autor sustenta a tese da exigência de absoluta prioridade à identidade social da infância e critica a tendência de análise das condições diferenciadas de vida das crianças. Sua análise sustenta-se na crítica às formas de expressão do pensamento pós-moderno que tendem a escamotear os efeitos estruturais na sociedade, nomeadamente os processos de estratificação e de dominação social, antepondo, em nome de uma visão hiperindividualista da condição humana, com correspondente exaltação da diferença, conceção congruente com a desagregação social promovida pelo neo-liberalismo. Qvortrup (2010) considera que a tendência para exaltar a variedade das experiências de vida das crianças, em detrimento da análise do que é comum a todas as crianças – isto é, a sua condição de pertença à categoria estrutural da infância – é congruente com o pensamento pós-moderno e a ideologia neo-liberal. Na perspetiva do autor, a infância deve ser analisada como se fosse uma classe social, dado que é uma categoria permanente na sociedade, e a ênfase na diversidade leva à diluição dos elementos comuns, iludindo os fatores estruturais de dominação.

Afirma o autor:

A dedicação à ‘diversidade da infância’ implicará necessariamente considerar uma série de marcadores de identidade, em princípio, infinitos. Em minha opinião, é um caminho duvidoso, porque nos diverte do que é característico da infância como categoria social. De fato, privilegia características que não pertencem nem à infância, nem ao que as crianças partilham com as outras categorias, ou seja, em ambos os casos, as

crianças como categoria estão divididas (QVORTRUP, 2010, p. 1127).

A posição estruturalista é fortemente contrastante com a dos sociólogos da corrente interpretativa. Ao procurar compreender a ação das crianças em seus mundos culturais e sociais, os sociólogos que perseguem a análise e interpretação das práticas sociais e das culturas infantis identificam um conjunto de características diferenciais e procuram interpretá-las remetendo para sua articulação com outras categorias sociais, designadamente de classe, gênero, raça, etnia e subgrupo etário. Estas categorias estruturais configuram uma infância diversa em suas experiências de vida e a radicalidade de sua condição geracional exponencia mesmo essas características. É o que afirma Cris Jenks de forma muito clara:

Crianças estão sujeitas a todos os modos de estratificação verticais e horizontais que ainda marcam as identidades e as oportunidades de vida na sociedade moderna, e, em razão da sua posição de impotência relativa, talvez até mais do que outros. Sua diversidade em termos de classe social, gênero, etnia, estado de saúde, nacionalidade, e assim por diante, é ao mesmo tempo complexa e infinita (JENKS, 2004, p. 5).

Jens Qvortrup (2010), na defesa de sua posição, não ignora esses cruzamentos estruturais na condição de vida das crianças. O que ele critica é o apagamento da condição estrutural da infância pela tentação da diversidade.

Encontramos aqui uma tensão entre perspetivas diferenciadas, que obedecem a diferentes orientações teóricas.

No entanto, as posições teóricas sobre este assunto não se esgotam na dicotomia identidade *versus* diversidade. Do nosso ponto de vista, aliás, essa dicotomia tenderá necessariamente a limitar o alcance e a capacidade da análise sociológica sobre a infância. Necessitamos de uma perspectiva dialética capaz de compreender as relações de mútua implicação da identidade social da infância com a diversidade dos contextos e das práticas sociais da infância.

A perspectiva estruturalista chama justamente a atenção para o modo como a infância é socialmente construída e como isso afeta todas as crianças. As crianças não votam, não podem ser eleitas, não lhes é concedido o estatuto de atores políticos mesmo sobre assuntos que as afetam (e, na verdade, toda a política afeta a infância), têm a obrigação, a partir de certa idade, de irem à escola, os pais têm sobre elas o direito-dever de tutela, o trabalho infantil é proibido, a propriedade é-lhes verdade etc. Tudo isto são elementos comuns a todas as crianças. Mas suas condições de existência concreta, o facto de serem meninos ou de serem meninas, de serem ricos ou de serem pobres, de terem nascido nos países centrais ou de terem sua origem no sul global, afeta profundamente não apenas as suas condições de existência, como suas formas de expressão e suas culturas. Ou seja, o que é comum nas crianças é diferenciadamente vivido por elas em função de sua diversidade. Esta, por seu turno, amplia a noção do que é comum, pela aporção à condição da infância de dimensões estruturais só percecionáveis a partir dessa mesma diversidade. As crianças indígenas, por exemplo, não deixam de integrar a categoria geracional da infância, apesar de, em relação a múltiplos aspetos não partilharem com a maioria das crianças

características comuns a elas, seja no que respeita à frequência da escola, às relações com a natureza, à vivência na comunidade, ao tipo de família e às formas de assimilação e transformação em culturas infantis da sua herança cultural. Sem a atenção à diversidade, a análise da categoria geracional fica confinada às crianças dentro da normatividade dominante, isto é, as crianças das classes médias dos países centrais.

O erro do centramento na diversidade sem análise dos fatores de identidade geracional consiste em diluir a infância como categoria e ignorar as condições estruturais em que a sociedade a regula. O erro da tese estruturalista consiste em analisar a categoria geracional da infância como uma classe, subestimando, por esse efeito, e de forma paradoxal, a condição primordial da estratificação social e promovendo, de modo não intencional, uma conceção da criança decorrente de uma normatividade hegemónica, eurocêntrica e, finalmente, da classe média.

Uma análise dialética da infância a partir da diversidade que se encontra nas crianças das “margens”, das crianças pobres, das crianças institucionalizadas, das crianças trabalhadoras, das crianças em situação de rua, das crianças subalternas, em suma, é a condição necessária para compreender e interpretar os processos sociais que conduzem a tensões e contradições internas na normatividade da infância, às formas plurais de generatividade e às condições efetivas de dominação geracional. Este projeto teórico é o que é prosseguido pela sociologia crítica da infância (SARMENTO; MARCHI, 2008).

A segunda questão que queremos analisar é quanto ao grau de envolvimento da teoria sociológica na promoção do bem-estar da infância.

Pesquisa científica e ação pública

Qual é o grau de implicação da análise sociológica na ação pública, com vistas a promover efetivamente os direitos da criança? Essa questão merece um debate apaixonado, sempre que se confrontam sociólogos com diferentes posições acerca da implicação pública do trabalho sociológico. De certa forma, esse debate é transversal às correntes sociológicas já analisadas. O conflito epistemológico patenteia-se entre uma concepção weberiana, anti-normativa, que preconiza pôr entre parêntesis os juízos de valor e as opções políticas e sociais no momento de se fazer ciência, e uma concepção que sustenta que a ciência opera necessariamente na prática social de quem a faz e não é, por consequência, destituída de valores e opções políticas, sendo, todavia, fundamental clarificar uns e outras, dentro de uma estratégia de reflexividade inerente ao trabalho científico.

A verdade é que a investigação com crianças coloca com frequência os pesquisadores diante de situações dramáticas, perante as quais não lhes é fácil ocultar suas convicções, seja no confronto com formas de dominação patriarcal, seja perante a desolação das condições de existência de crianças famintas, abandonadas, negligenciadas, exploradas e abusadas. A questão que se coloca é saber até que ponto os sentimentos e valores do pesquisador inquinam a produção do conhecimento sociológico.

Para alguns autores, o conhecimento só é válido quando é independente das condições de quem o produz e de suas consequências. Ana Nunes de Almeida sintetiza essa posição da seguinte forma:

[...] a ciência vale, em primeira mão e antes de qualquer outra dimensão, pela sua capacidade de problematizar, interpretar e explicar o real – e não pela sua especificidade de condição [...] de quem a pratica, ou por qualquer outro projeto implícito de transformar o mundo – no caso, pela sua capacidade de ‘construção de espaços de cidadania da infância’ (ALMEIDA, 2009, p. 76).

A prioridade émica sobre a dimensão ética, política e praxeológica na pesquisa com crianças implica, do ponto de vista de quem a sustenta, uma rigorosa orientação metodológica, de forma a evitar o contágio da pesquisa pelos valores, pelas orientações ou pelo sentido político do pesquisador, mesmo quando, como defende Almeida (2009), se salvaguarda a possibilidade e, mesmo eventualmente, a necessidade da ação consequente com os resultados da pesquisa, mas sempre fora do quadro dela e numa dimensão de ação que já não é científica, podendo ser cívica ou política.

No entanto, levando mais longe a análise da relação do conhecimento com os valores, alguns outros autores, a partir de igual posição de recusa da natureza axiológica e política da produção do conhecimento, consideram que a sociologia da infância, na ausência de uma rigorosa vigilância epistemológica, pode não apenas ser influenciada pelo *parti-pris* dos pesquisadores, mas também ela própria já estar, em suas realizações mais usuais, definitivamente contaminada por um “criancismo” ideológico, isto é, por uma orientação que “descobre” na infância aquilo que um programa ideológico fortemente articulado com as orientações da Convenção sobre os Direitos da Criança pretende que elas sejam: seres participativos, sujeitos de direito, cidadãos. É essa a posição, por exemplo, de King (2007).

A partir de uma orientação filiada na teoria sistêmica de Niklas Luhman, o autor propõe a tese de que a sociologia da infância se constitui a partir de uma concepção de infância predeterminada, assumida de modo aproblemático, segundo a qual as crianças têm autonomia de pensamento e ação e um estatuto de alteridade face aos adultos. Nessa sequência, a investigação das crianças é feita através de um processo de edificação de um objeto inadequadamente destacado do quadro de interações sociais e de inserção no mundo dos adultos. Constitui alvo privilegiado da crítica do autor a ideia da autonomia de ação das crianças. Para ele, isso não passa de uma projeção subjetiva da sociologia da infância, que, não reconhecida como tal pelos sociólogos da infância, tende a aparecer objetivada. Encerra-se, assim, o círculo: os ideais políticos dos pesquisadores centrados nos direitos das crianças produzem formas de conhecimento objetivadas que ocultam ilusoriamente sua origem. Realiza-se a *autopoiesis* da infância competente e da criança-autor por pressuposição básica dos pesquisadores.

Na mesma linha, Doris Bühler-Niederberger e Robert van Krieken (2008) criticam o que a primeira autora viria a designar por “advocacia da infância” (BÜHLER-NIEDERBERGER, 2010) na pesquisa sociológica com crianças, por produzir uma miscelânea entre os planos analíticos e normativos:

Os conceitos correntemente em circulação na sociologia da infância atual flutuam com frequência entre um registo analítico e um registo normativo: eles estão orientados para a promoção dos direitos da criança e para promover a avaliação e a posição das crianças

na sociedade, sendo isso especialmente verdade para o conceito de “agência” (BÜHLER-NIEDERBERGER; KRIEKEN, 2008, p. 147).

Essas posições críticas, que, no caso de Almeida (2009) e Bühler-Niederberger (2010), são internas ao campo da sociologia da infância (o olhar do sociólogo King (2007) se dão a partir de outras orientações teóricas e de outros domínios da disciplina), não podem deixar de ser tidos em devida conta.

Na verdade, a sociologia da infância elabora seu programa de trabalho científico a partir da desconstrução de uma imagem social da infância que, tradicionalmente (como, aliás, aqueles autores reconhecem), remeteu para o limbo as crianças e a infância enquanto objetos sociológicos: as crianças tradicionalmente são tematizadas não como seres sociais plenos, mas como entes em transição e desenvolvimento, sofrendo, ora de modo passivo ora, em casos minoritários, de modo desviante, o processo de socialização que os conduzia a meros recetores da reprodução social. A nova concepção da infância que a sociologia – e, com ela, os Estudos da Criança – ajuda a difundir constitui, de alguma maneira, um ato de visibilização do que até então permanecia obscurecido (SARMENTO, 2007): a criança-ator, a infância como categoria social. Mas essa concepção – chamemos-lhe primordial – da nova sociologia da infância, não é de modo nenhum um preconceito ou uma ideia politicamente gerada: trata-se de um longo trabalho de resgate, idêntico a outros realizados com categorias subalternas (as mulheres, os negros, os povos pós-coloniais, os homossuais) que a ciência normal classicamente menosprezou e ignorou. Importa dizer que

esse ato de tirar a infância da obscuridade e do silêncio foi, inicialmente, operado a partir de outras áreas científicas e disciplinares. Da História, com P. Ariès (1973); da filosofia, com W. Benjamin (1992); da antropologia, com Charlotte Hardman (1973), por exemplo⁶. Mas, talvez mais importante, cabe, sobretudo, salientar que o ato de visibilizar a infância como objeto de conhecimento sociológico só se tornou possível enquanto ação claramente afirmada numa orientação emancipatória e contra-hegemônica, que se realiza no interior da própria ciência, tanto quanto no terreno da luta social pelos direitos das crianças. Tal como os estudos feministas ou os estudos pós-coloniais não são compreensíveis fora da luta das mulheres contra a dominação patriarcal e dos povos subalternos contra a dominação cultural pelos países centrais, respetivamente, exprimindo no interior do campo científico esses movimentos sociais, os Estudos da Criança (e, portanto, a sociologia da infância) só são inteligíveis pelo efeito de desocultação dos processos de dominação geracional e pela promoção de um conhecimento que recusa o adultocentrismo para aceder à alteridade infantil.

É certo que o rigor analítico, o escrúpulo metodológico, a reflexividade contínua dos pesquisadores, a preocupação contínua com a triangulação da informação, a exigência do “dar a ver” e a ouvir a voz das crianças e o compromisso ético são absolutamente indispensáveis e condição da fiabilidade da ciência a transmitir. Mas a separação anti-dialética entre conhecimento e compromisso, entre

⁶ No caso português, a poesia “descobriu” a infância, muito antes da ciência, através de poetas como Sophia de Mello Breyner, Ruy Belo, Herberto Helder e tantos outros. (Ver alguns poemas disponíveis em: <<http://bibesjcp.no.sapo.pt/poetas.htm>>).

a dimensão émica e ético-política é não apenas ilusória, como, no limite, inviabiliza o conhecimento sociológico da infância. E, com ele, a possibilidade do seu contributo por outro mundo possível para as crianças.

Conhecimento sociológico e a infância no mundo atual

A sociologia da infância é convidada a analisar e interpretar a infância contemporânea a partir de fortes relações de complexidade. O último quartel do século XX viu emergir uma conceção de infância distinta daquela que até então dominava. A imagem da criança incompetente, dependente do adulto, vulnerável, totalmente desapossada do poder, obrigada à submissão e obediente aos mais velhos, incapaz de produção cultural autónoma, reprodutora cultural em processo de aprendizagem, objeto do cuidado e da proteção de quem exerce o poder paternal, personagem ausente ou passiva dos lugares da decisão coletiva, mesmo quando temperada com a curiosidade de suas formas lúdicas de desconcertar a razão adulta, essa criança, em suma, que a modernidade configurou e construiu cede espaço, nos planos normativo e social, a uma outra imagem da criança, sujeito de direitos, cidadã à sua medida, membro pleno da sociedade, ainda que carecendo de especial cuidado e proteção dos adultos, mas com o reconhecimento do valor da participação com influência nos seus mundos de vida.

Essa mudança na conceção da infância, que alguns designam por transição paradigmática⁷, tem sua expressão

⁷ Natália Fernandes (2009) analisa, a propósito dos direitos da criança, o debate sobre essa transição paradigmática da conceção de infância.

formal na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 (UNICEF, 2006). Desde então, a CDC tornou-se o documento de direito internacional mais reconhecido em todo o mundo. Apesar de suas fragilidades, da sua incompletude, da contradição entre o que prescreve e a realidade social e, ainda, de sua desadequação relativa em consequência do predomínio de uma orientação eurocêntrica, a CDC constitui um documento muito relevante e afirma-se como um avanço civilizacional para a infância (FRANKLIN, 2002). Mas, enquanto documento legal, exprime alterações mais profundas que ocorreram na sociedade que, no caso vertente, ancoram-se nos movimentos cívicos promotores dos direitos que ocorreram na década de 60, início da década de 70 do século passado. Esses movimentos tiveram significativa expressão nas interações sociais e consumaram, especialmente no domínio das interações e dos costumes, profunda crítica cultural à sociedade capitalista, ainda que não tivessem logrado impor novas relações sociais e económicas que a crítica social contida nesses movimentos procurava obter, conforme Boltanski e Chiapello (1999). As relações autoritativas entre crianças e adultos, na família, na escola e nas instituições, sofreram alterações significativas, no sentido de sua horizontalização e democratização relativa (RENAUT, 2002).

Porém, seria demasiado simplista considerar que a CDC impôs transformações estáveis, abrangentes e universais. Tudo é muito mais complexo. Por um lado, a diversidade das realidades sociais rapidamente contradiz essa pretensa universalidade da eficácia legal; por outro lado, a CDC opera no quadro de vetores estruturais na sociedade que não apenas influenciam as condições de

aplicação da CDC como produzem resultados paradoxais e contraditórios. As crianças contemporâneas vivem os seus quotidianos numa situação que ocorre algures entre os polos da barbárie e da emancipação, da dominação patriarcal e paternalista e da participação, da precaridade extrema e do hiperconsumo, da privação e do bem-estar. É uma infância profundamente dividida e desigual, portanto, aquela de que o programa científico da sociologia da infância se ocupa. As contradições e os conflitos sociais impregnam profundamente a situação da infância.

De forma algo esquemática, poderemos dizer que a sociologia da infância se confronta hoje, sobretudo, com a análise dos processos complexos e paradoxais de subjetivação da criança e da construção da autonomia. Essa análise está necessariamente articulada com os efeitos, na infância da globalização hegemónica e do individualismo institucionalizado, vetores estruturantes, nos planos social e cultural, da fase do capitalismo tardio. A subjetivação refere-se ao processo social de construção da criança como ator social e sujeito de cultura; a autonomia refere-se à possibilidade de a criança exercer um efetivo poder sobre sua vida, no quadro das relações intra e intergeracionais. Há uma dimensão individual e uma dimensão política, interconectadas, na subjetivação e na autonomia. A possibilidade de a criança se constituir como ator social e sujeito de cultura e de ter poder sobre si própria respeita a construção da personalidade de cada criança, mas tal construção é politicamente configurada, no sentido de que se estabelece no quadro das condições políticas e institucionais em que vivem as crianças. As crianças desenvolvem-se como seres sociais no quadro das possibilidades delimitadas pela regulação social da infância – conjunto de dispositivos formais

e informais, normativos e simbólicos, de conformação de comportamentos e disposições das crianças – a qual é influenciada e reconfigurada parcialmente, por sua ação.

A globalização hegemônica exprime-se na normatividade da infância, em boa medida expressa na CDC; mas tem expressão muito profunda em dois outros aspectos. Primeiro, nos efeitos devastadores da hegemonia dos mercados financeiros globais, com as suas crises cíclicas e sistêmicas, na condição econômica e social das crianças dos países periféricos e semiperiféricos e nas crianças dos grupos mais pobres dos países centrais. As condições de vida das crianças sofrem, em consequência da crise financeira global, em várias regiões do globo, um verdadeiro retrocesso civilizacional (HARPER et al., 2009). Segundo, a difusão global de produtos e serviços para as crianças, especialmente no âmbito da indústria cultural (videojogos, material desportivo, *fast-food*, brinquedos, internet etc.), tendencialmente promotoras do hiperconsumo infantil, e da uniformização de gostos à escala global.

Mas a complexidade da análise dos efeitos da globalização hegemônica não pode ser reduzida ao pensamento redutor e simplista da plasticização das crianças como meras consumidoras compulsivas e reprodutoras da cultura industrializada de massa. A “criança global” da normatividade universalizante e da indústria cultural é, na realidade, mais densa e diversa do que possa parecer: os processos de subjetivação são necessariamente atravessados pelas contradições sociais e pelas desigualdades e a resistência à colonização do imaginário é inerente ao efeito desconstrutivo e “interpretativo” das culturas infantis.

O individualismo institucionalizado, por seu turno, é a face comportamental da globalização. Numa sociedade

hipercompetitiva em que, por efeito da orientação ideológica e política neoliberal, as instituições constituídas na modernidade em que se configurou o contrato social são objeto de uma profunda erosão, enfraquecendo os laços sociais e condicionando fortemente o sentido do coletivo, a “socialização para o individualismo” (BECK; BECK-GERNISHEIM, 2003) configura-se como um dado societal. As crianças são, assim, chamadas a desenvolverem-se como “diferentes”, singulares, exclusivas. A “distinção”, em termos bourdieanos, é promovida em uma lógica individualista, que tende a ocultar, mas não elimina, a distinção de classes. As crianças, especialmente das classes média e alta, são precocemente chamadas a um desempenho centrado na “construção de si”, numa lógica de diferenciação competitiva: provas académicas do tipo “vestibularzinho”, a exposição da posse de brinquedos e outros objetos de referência, a moda infantil, os rituais de ostentação social (festas de aniversário ou de “formatura”) e as viagens a destinos de referência (DisneyWorld, por exemplo) exprimem esse processo socializador. Que o individualismo seja apresentado como “autonomia” não é estranho, nessas circunstâncias, sendo que o controlo ideológico e pelo mercado se torna obsessivamente presente.

E, no entanto, as culturas infantis são profundamente interativas: estar com os outros, partilhar experiências e saberes, comunicar para além de tudo o que separa é uma condição central da afirmação das crianças como sujeitos. A construção dos mundos de vida das crianças, a possibilidade de sua subjetivação e autonomia é fortemente dependente da possibilidade de o processo socializador ocorrer fora da orientação para o individualismo; porém, ocorre num quadro societal em que este é hegemónico. Essa é

realidade paradoxal com que a análise do processo de subjetivação e da autonomia das crianças pela sociologia da infância tem lugar, nos vários contextos de vida e nas várias esferas sociais, na família, nas escolas, nos espaços de lazer, na esfera económica, nas instituições, na justiça, na cidade.

Conduzir uma ação educativa promotora de uma subjetivação autêntica e uma autonomia real das crianças é algo que a análise sociológica da infância pode ajudar a construir. Mas esse é tema para outras incursões sobre novos desafios conceituais e praxeológicos. Tão importantes, por certo, quanto os desafios com que a sociologia da infância se confronta, atualmente. E também eles não isentos dos escolhos e das dificuldades que hoje se atravessam no caminho dos Estudos da Criança.

Referências

- AGAMBEN, G. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- ALMEIDA, A. N. *Para uma sociologia da infância: jogos de olhares, pistas para a investigação*. Lisboa: ICS-UL, 2009.
- ARIÈS, P. *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien regime*. 2. ed. (1. ed.: 1960). Paris: Seuil, 1973.
- BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. *La individualización: el individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Barcelona: Paidós, 2003.
- BENJAMIN, W. *Rua de sentido único e infância em Berlim por volta de 1900*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- BÜHLER-NIEDERBERGER, D.; KRIEKEN, R. V. Persisting inequalities: childhood between global influences and local traditions. *Childhood*, v. 15, n. 2, p. 147-155, 2008. Disponível em: <<http://chd.sagepub.com/content/15/2.author-index>>. Acesso em: 2 fev. 2013.
- BÜHLER-NIEDERBERGER, D. Introduction: childhood sociology – defining the state of the art and ensuring reflection. *Current Sociology*, v. 58, n. 2, p. 155-164, 2010. Disponível em: <<http://csi.sagepub.com/content/58/2/155>>. Acesso em: 3 fev. 2013.
- BURMAN, E. *Deconstructing developmental psychology*. New York: Plenum, 1994.
- CORSARO, W. *The sociology of childhood*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1997.
- CUNNINGHAM, H. *The invention of childhood*. London: BBC Books, 2006.
- DAMÁSIO, A. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FERNANDES, N. *Infância, direitos e participação: representações, práticas e poderes*. Porto: Afrontamento, 2009.
- FRANKLIN, B. Children's rights and media wrongs: changing representations of children and the developing rights agenda. In: FRANKLIN, B. (Ed.). *The new handbook of children's rights: comparative policy and practice*. 2. ed. London: Routledge, 2002. p. 15-42.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. *Convenção dos Direitos da Criança*, 2006. Disponível em: <http://www.unicef.org/mozambique/CDC_Port.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2013.

HARDMAN, C. Can there be an anthropology of childhood? *Journal of the Anthropological Society of Oxford*, v. 4, n. 2, p. 85-99, 1973.

HARDMAN, C. Can there be an anthropology of children? *Childhood*, v. 8, n. 4, p. 501-517, 2001.

HARPER, C. et al. *Children in times of economic crisis: past lessons, future policies*. Background Note, Overseas Development Institut, p. 1-12, 2009. Disponível em: <<http://www.odi.org.uk/resources/download/2865.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2013.

HENDRICK, H. *Child welfare: England 1872-1989*. London: Routledge, 1994.

HEYWOOD, C. *A history of childhood*. Cambridge: Polity Press. Humphries, 2002.

HONNIG, M-S. How is the child constituted in childhood studies? In: QVORTRUP, J.; CORSARO, W.; HONIG, M.-S. (Ed.). *The palgrave handbook of childhood studies*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2009. p. 62-77.

JENKS, C. Editorial: many childhoods? *Childhood*, v. 11, n. 1, p. 5-8, 2004.

KING, M. The sociology of childhood as scientific communication: observations from a social systems perspective. *Childhood*, v. 14, n. 2, p. 193-213, 2007. Disponível em: <<http://chd.sagepub.com/content/14/2.toc>>. Acesso em: 2 fev. 2013.

MEAD, M. *O conflito de gerações*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990.

MONTANDON, C. La sociologie de l'enfance: l'essor des travaux en langue anglaise. *Éducation et Sociétés*, n. 2, p. 91-118, 1998. Disponível em: <http://ife.ens-lyon.fr/edition-electronique/archives/education-societes/web/fascicule.php?num_fas=614>. Acesso em: 2 fev. 2013.

PROUT, A. *The future of childhood*. London: Routledge Falmer, 2005.

QVORTRUP, J. *Childhood as a social phenomenon: an introduction to a series of national reports*. Eurosocial Report. Vienna: European Centre for Social Welfare Policy and Research, 1991. v. 36.

QVORTRUP, J. A tentativa da diversidade e seus riscos. *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 113, p. 1121-1136, 2010.

RENAUT, A. *La libération des enfants*. Paris: Calmann-Lévy, 2002.

ROGOFF, B. *The cultural nature of human development*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (Org.). *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-49.

SARMENTO, M. J. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M. J.; GOUVÊA, M. C. S. de. (Org.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 17-39.

SARMENTO, M. J.; MARCHI, R. C. Radicalização da infância na segunda modernidade: para uma sociologia da infância crítica. *Configurações*, n. 4, p. 91-113, 2008.

SHEPER-HUGHES, N.; SARGENT, C. Introduction: the cultural politics of childhood. In: SHEPER-HUGHES, N.; SARGENT, C. (Ed.). *Small wars: the cultural politics of childhood*. Berkeley: University of California Press, 1998. p. 1-33.

SIROTA, R. L'émergence d'une sociologie de l'enfance: evolution de l'objet, evolutions du regard. *Éducation et Sociétés*, n. 2, p. 9-33, 1998. Disponível em: <http://ife.ens-lyon.fr/edition-electronique/archives/education-societes/web/fascicule.php?num_fas=614>. Acesso em: 2 fev. 2013.

SIROTA, R. L'enfance au regard des Sciences sociales. *AnthropoChildren*, n. 1, p. 1-20, 2012. Disponível em: <<http://popups.ulg.ac.be/AnthropoChildren/document.php?id=921>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

SOUZA, S. J. Ressignificando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER, S.; LEITE, M. I. (Org.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. 9. ed. Campinas: Papirus, 1996. p. 39-56.

SPELKE, E. S.; KINZLER, K. D. Core knowledge. *Developmental Science*, v. 10, n. 1, p. 89-96, 2007.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. Lisboa: Antídoto, 1979.